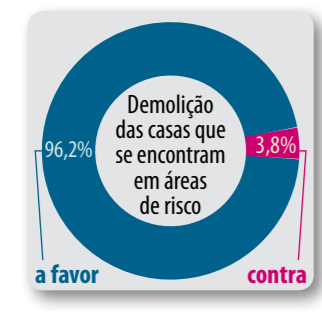


Opinião pública

Pesquisa realizada entre 16/1 e 31/1/2011 (PLS 4/10)



96% aprovam demolições em áreas de risco

Logo após a tragédia do Rio, o DataSenado lançou enquete para avaliar a tendência da opinião pública sobre a ocupação desordenada em áreas de risco. Formulou uma pergunta em cima de um dos dispositivos de projeto de lei (PLS 4/10) apresentado pelo então senador Romeu Tuma, falecido em outubro do ano passado. Após 15 dias de enquete, foi revelado que 96% dos 11.197 votantes são a favor da demolição de casas e outras edificações construídas em áreas de risco.

O projeto, que está na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aguardando relator, obriga a realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos para a construção de qualquer edificação em morros, montanhas, terrenos alagadiços e outras áreas de risco, antes que o plano diretor do município possa determinar o parcelamento ou qualquer utilização do solo urbano. No caso das áreas de risco já ocupadas, é estabelecido prazo de um ano, a partir da lei, para que esses levantamentos sejam elaborados.

Mais amplo, outro projeto (PLS 65/10), apresentado pelo ex-senador Renato Casagrande, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo o consultor de desenvolvimento urbano do Senado Victor Carvalho Pinto, o projeto veda a ocupação e o adensamento em áreas de risco, proíbe a regularização fundiária dessas áreas bem como a implantação de rede de energia elétrica, além de obrigar o município a ter plano de drenagem e manejo das águas das chuvas.

Dinheiro enviado para ajudar o Rio pode ser monitorado

Ação do Senado após tragédia inclui, além da mobilização da bancada fluminense por mais recursos e melhor atendimento, acesso simplificado ao Siga Brasil para cidadão saber como e onde as verbas estão sendo aplicadas

A BUSCA DE meios para ajudar as vítimas das enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro, consideradas o maior desastre climático da história do país – com 883 mortes registradas até agora, conforme a Defesa Civil –, já mobilizou o Senado nesse início de legislatura. A bancada fluminense resolveu atuar de forma coordenada para agilizar a liberação de recursos federais para as áreas atingidas. E a instituição, de outro lado, passou a oferecer, por meio do Siga Brasil, acesso simplificado para que o cidadão possa monitorá-los (veja quadro à direita).

Esse sistema desenvolvido pelo Senado, que viabiliza o controle social dos gastos públicos, pode ajudar o próprio governo. A equipe técnica da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) no Rio, encarregada de fiscalizar no local a aplicação dos recursos federais repassados às prefeituras, ainda não chegou nos municípios atingidos, segundo a assessoria de imprensa do TCU. Isso deve dificultar, na avaliação de consultores do Senado, a fiscalização de obras emergenciais, que requerem acompanhamento no local, à medida que são realizadas.

A equipe do TCU começou o seu trabalho de fiscalização pela Secretaria de Obras do estado, que já recebeu R\$ 70 milhões do crédito extraordinário de R\$ 780 milhões aberto pela MP 522/11. Esse tipo de acompanhamento foi solicitado ao TCU pelo Ministério da Integração Nacional, incumbido pela Lei 12.340/10, que reformulou o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), de acompanhar e fiscalizar a aplicação desses recursos.

O tribunal já atuou de modo semelhante no ano passado, quando o governo federal ajudou a socorrer as vítimas e reconstruir os municípios de Alagoas e de Pernambuco devastados em junho pelas enchentes (veja a seção Saiba Mais).

Para o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), os repasses para

as prefeituras estão fluindo sem entraves. O problema, segundo ele, está nos R\$ 400 milhões em empréstimos do BNDES, para capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores da Região Serrana do Rio. Esses financiamentos serão subvencionados pela União, conforme autorização da MP 523/11.

– A burocracia é tão grande, com a exigência de 13 certidões com prazos diferentes, que está atrapalhando a liberação dos recursos – critica o senador, que está fazendo gestões junto ao governo para simplificar as normas.

O líder do PP acha que não é hora de discutir projetos, mas buscar ações efetivas e rápidas para ajudar as vítimas do Rio, em um dos dez piores deslizamentos de terra no planeta nos últimos dez anos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Lindbergh Farias (PT-RJ) prefere não só atuar nas ações imediatas, mas também propor projetos que melhorem a defesa civil. Ele já anunciou que deve apresentar seis projetos de lei, que devem tratar da implantação de um sistema nacional de prevenção de catástrofes; de um cadastro das áreas de risco; da criação de uma força nacional de defesa civil nos moldes da Força Nacional da área de segurança pública; e de isenção tributária e juros “reduzidíssimos” em empréstimos de bancos oficiais para socorrer empresas afetadas pelas enchentes.

Nessa mesma direção, há a recomendação da Comissão Representativa que atuou no recesso parlamentar de criar uma comissão mista, com senadores e deputados, para avaliar os 48 projetos no Senado e outros 68 na Câmara que pretendem prevenir catástrofes.



Em Nova Friburgo, caminhões levam entulho retirado da cidade após a tragédia: Senado busca fórmulas para melhorar socorro

Apesar da tragédia, é essencial não descuidar da fiscalização

Todo cidadão pode dar sua contribuição para fiscalizar como e onde estão sendo aplicados os recursos repassados às prefeituras e aos governos estaduais de áreas devastadas pelos desastres climáticos. Os mecanismos de fiscalização e controle existentes no governo podem alcançar maior eficácia com a ajuda dos cidadãos. A Lei 12.340/10, que reformulou o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), transformou em transferências obrigatórias da União os recursos que vão para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução.

Isso significa, segundo o consultor-geral do Orçamento, Orlando Neto, que eles não precisam ser registrados no sis-

tema de controle de convênios (Siconv), organizado para monitorar as transferências voluntárias da União. Apenas os recursos para prevenção de desastres, classificados como voluntários, passam compulsoriamente pelo Siconv, que deve futuramente, acrescenta Neto, constar da base de dados do Siga Brasil. Ou seja, poderá ser consultado pelo cidadão dentro de um sistema mais amigável.

Apesar de não ser obrigatório, há órgãos federais que preferem utilizar o Siconv para controlar e monitorar a aplicação compulsória de recursos da União, conforme informou ao **Jornal do Senado** o diretor do Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Carlos Henrique de

Azevedo Moreira, considerado um dos idealizadores do Siconv. O Ministério das Cidades, por exemplo, encarregado dos recursos para os aluguéis sociais, que devem atender os desabrigados pelas enchentes no Rio, já comunicou que deve usar o Siconv para controlar a aplicação do dinheiro.

Esse sistema, por enquanto, não deve ser usado pelo Ministério da Integração Nacional, que preferiu pedir ajuda do Tribunal de Contas da União (TCU) para fiscalizar a aplicação das verbas para as enchentes no Rio. No entanto, o ministério não informou se buscará exercer algum controle sobre os recursos por intermédio do Banco do Brasil, agente financeiro dessas operações.

Siga Brasil oferece “consulta pronta” para facilitar acesso

A equipe do Siga Brasil – ferramenta disponível no site do Senado (www.senado.gov.br) para permitir o acompanhamento do Orçamento da União por qualquer interessado – elaborou a “consulta pronta na área de defesa civil”. Lançada na semana passada, esse atalho pode mostrar ao interessado qual o ministério ou o órgão que realizou o gasto, em qual município ou estado a despesa foi feita, com que foi gasto o recurso, quando o pagamento a fornecedores de bens e serviços foi feito diretamente pela União.

Para identificar se os recursos destinados a socorrer vítimas das enchentes foram liberados para as prefeituras das áreas atingidas, no alto da página do Senado, basta clicar na palavra or-

çamento ou ir direto ao atalho <http://migre.me/3O2XN>. “Recomenda-se usar o Internet Explorer e o Java 2 versão 1.4.2”, diz um dos técnicos da equipe do Siga Brasil, Mario Jorge de Almeida. O infográfico ao lado exemplifica o caminho que o interessado pode percorrer. Se o atalho não for usado, selecione estados e municípios à esquerda da página. Em seguida, escolha 2011 (por enquanto, os dados disponíveis nessa consulta pronta incluem apenas 2010 e o atual exercício). Na tela seguinte, selecione a localidade com o auxílio do ícone binóculo e clique em “executar consulta.”

Veja como acessar o Siga Brasil

Para começar o acesso, o internauta deve procurar o endereço <http://migre.me/302XN>

Escolha o município desejado na lista

Selecione o município e clique no ícone >>

Clique em Executar Consulta

Você verá os dados dos recursos, inclusive os detalhes bancários

Saiba mais

- Atalho para consulta do Siga Brasil <http://migre.me/302XN>
- Conheça os projetos em tramitação no Senado <http://migre.me/3PISz>
- Integra das decisões do TCU <http://migre.me/3PJkE>
- Integra da Lei 12.340/10 <http://migre.me/3PJl6>
- Medidas provisórias 522/11 e 523/11 <http://migre.me/3PJsV>
- Integra do PLS 4/10 <http://migre.me/3PJsP>
- Integra do PLS 65/10 <http://migre.me/3PJw2>
- Portal dos Convênios (Siconv) www.convencios.gov.br

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Crédito extraordinário é instrumento para atender calamidades

O projeto de Orçamento de 2011 não inclui previsão para obras emergenciais e outros gastos da Defesa Civil para socorrer as vítimas de calamidades, conforme os dados disponibilizados pelo Siga Brasil, sistema elaborado pelo Prodasen e pela Consultoria de Orçamento do Senado que permite ao cidadão exercer o chamado controle social sobre a montagem e a execução das despesas da União.

Há apenas recursos orçados para prevenção desses desastres – R\$ 137,45 milhões. Do total, foi gasto R\$ 1,04 milhão até o

final de janeiro. Esse quadro, que à primeira vista pode indicar descaso das autoridades, é uma prática orçamentária.

– Quem guarda dinheiro para acidentes inesperados, como o alagamento da sua casa? A União procede da mesma forma. Geralmente prefere não orçar esse dinheiro, em função da escassez de recursos para fazer frente a despesas obrigatórias com saúde, educação, investimento, pessoal, previdência, além do custeio da máquina federal – compara Helena As-

saí, consultora de Orçamento

de Casa. Mas a Constituição autoriza a abertura de crédito extraordinário no Orçamento quando ocorre calamidade pública. Foi assim que o governo procedeu para socorrer as vítimas das enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro. No dia 12 de janeiro, a presidente Dilma Rousseff editou a primeira medida provisória de sua gestão (MP 522/11), que abriu crédito extraordinário de R\$ 780 milhões.

Desse dinheiro, R\$ 600 milhões foram para ações da Defesa Civil em socorro às áreas atingidas.

Ajuda ao Rio

Distribuição dos recursos de crédito extraordinário

FAVORECIDO	VALOR
Petrópolis	7 milhões
Areal	1,5 milhão
Bom Jardim	1,5 milhão
Nova Friburgo	10 milhões
São José do Vale do Rio Preto	1,5 milhão
Sumidouro	1,5 milhão
Secretaria de Estado de Obras	70 milhões
Teresópolis	7 milhões
TOTAL	100 milhões